

# MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Secretaria de Inspeção do Trabalho  
Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho

## 5 SUBCOMISSÃO PERMANENTE NACIONAL DO MÁRMORE E GRANITO

### Ata da 11ª Reunião Ordinária

**Data:** 21/11/2003

**Local:** SINDIMARMORE/ES

10 **Participantes:** Mário Parreiras de Faria (Coordenador da CPNM e da SPNMG), Antônio Carlos de Oliveira (Sindimármore), Henrique Nelson Ferreira (Sindirochas), Ronaldo Soares Azevedo (Sindirochas), José Geraldo Aguiar (FUNDACENTRO/ES), Alexandre Trajano de Arruda (DNPM), Antônio Carlos Lopes Soares (MPT/ES), Marco Bôto (DNPM/ES), Gildo Abreu (Sindinarmore/ES), Roberto de Souza Negreiros (DRT/ES), Giuseppe Vincenzo De Lorenzo (IEMA), Rogério Alves da  
15 Silva (DSST/SIT).

A reunião, Coordenada por Dr. Mário Parreiras, foi iniciada com a assinatura da Ata da 9ª Reunião Ordinária, já aprovada na reunião passada e com a leitura, correção, aprovação e assinatura da Ata da 10ª Reunião. Dando início à discussão da Pauta, foi realizada uma avaliação da Audiência Pública realizada no dia anterior, 20 de novembro, na localidade de Itaoca.

20 Giuseppe manifestou preocupação com a criação de mais uma Comissão local em Itaoca, como decidido na Audiência Pública que poderá ser utilizada para adiar mais uma vez a solução dos problemas existentes na região. Enfatizou que uma das soluções para as questões relacionadas com as pequenas empresas é a constituição do consórcio mineiro previsto no Código Mineral. Henrique Nelson enfatizou que a Audiência Pública teve o mérito de criar um fato político com a

25 participação de todas as instituições de forma a dar mais um passo importante para facilitar a resolução dos problemas locais e criando a possibilidade de se construir um entendimento uniforme em nível nacional. Ressaltou que em nível local nem todas as pessoas entendem a legislação e que a Comissão em Itaoca poderá ajudar na uniformização de procedimentos das várias instituições e ajudando a regularização dos problemas levantados, especialmente os

30 relacionados ao arrendamento e terceirização das lavras, definindo ações de médio e longo prazo. Dr. Antônio Carlos informou que o MPT já se posicionou no sentido de não admitir a terceirização de atividade-fim. Antônio Carlos, do Sindimarmore, ressaltou que até 12 anos atrás praticamente não existia grande atividade de extração de pedra marroada e de moagem na região de Itaoca e que ao mesmo tempo que foi crescendo o mercado para mármore e granito

35 também houve crescimento do mercado para pedra marroada e das moagens de rochas que não tinham aproveitamento no setor de mármore, daí se expandindo o número de terceirização e precarização das condições de trabalho. Marcos Bôto enfatizou a dificuldade de regularização de algumas empresas que assinaram termos de ajustamento de conduta e não cumpriram a constituição de consórcio mineiro entre as pequenas empresas e que já passou para a Prefeitura

40 de Itaoca toda a legislação mineral relativa ao assunto e a CFEM. Giuseppe abordou os detalhes da legislação relativa a concessão mineral e ao grupamento mineiro que pode ser constituído por várias concessões de um mesmo concessionário ou de vários concessionários diferentes. Discutiu-se ainda os aspectos ligados a dificuldade de fiscalização e da dificuldade de cassação das concessões de lavra pelo DNPM bem como sobre a existência de instruções do DNPM para a

45regularização dos contratos de cessão de lavra e de arrendamento total, sendo que a figura do  
"arrendamento parcial" é nova e que já se está estudando uma forma de instrução normativa a  
ser publicada pelo DNPM para abordagem e regularização do arrendamento parcial. Giuseppe  
informou que a SEAMA vinha dando licença ambiental para os casos de arrendamento parcial e  
de contratos irregulares não averbados pelo DNPN, mas que estes casos já vêm sendo  
50corrigidos e não se está concedendo licença sem averbação do DNPM. Quanto às lavras que  
estão interditadas pela DRT, Roberto Negreiros ressaltou que não se pode suspender a  
interdição sem que as condições de grave e iminente risco sejam eliminadas mas que as  
situações em que está faltando apenas documentos podem ser liberadas sem que aquela  
documentação esteja toda pronta. Giuseppe apresentou a Lei estadual 5.107/95 que determina  
55a necessidade de elaboração de PCMSO e de PPRA e sua homologação pela DRT para que as  
empresas consigam financiamento público e licenciamento ambiental. Mário Parreiras enfatizou  
que tal exigência, se implantada, vai redundar numa quantidade enorme de papéis a serem  
examinados pela DRT, que não se pode simplesmente homologar um documento assumindo  
uma responsabilidade por sua eficácia e que isto implica em mais um cartório burocrático sem  
60qualquer garantia de que a melhoria das condições de trabalho estão realmente sendo  
implantadas. Henrique Nelson disse que estará adotando medidas no sentido de revogar a Lei  
5.107/95.....PARAMOS AQUI.

65

Bancada de Governo:

70

Bancada de Trabalhadores:

75

80

Bancada de Empregadores: